

**GOVERNANÇA MUNDIAL AMBIENTAL MULTINÍVEL: UM CAMINHO DESEJÁVEL PARA A SUSTENTABILIDADE NO PLANETA TERRA.....172**  
**MULTILEVEL GLOBAL ENVIRONMENTAL GOVERNANCE: A DESIRABLE PATH TO SUSTAINABILITY ON PLANET EARTH**

*Magno Federici Gomes e Lélío Braga Calhau*

**EFEITOS CONTRATUAIS DA FORMAÇÃO DE CARTÉIS E COMBINAÇÃO DE PREÇOS NO ÂMBITO DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS: FALHAS DE MERCADO E CONSEQUÊNCIAS PARA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS .....188**  
**CONTRACTUAL EFFECTS OF CARTEL FORMATION AND PRICE COMBINATION IN THE FIELD OF PUBLIC BIDDING: MARKET FAILURES AND CONSEQUENCES FOR PUBLIC CONTRACTING CONSEQUENCES**

*Paulo Afonso Cavichioli Carmona e Alexandre Augusto Batista de Lima*

**MULHERES NA POLÍTICA: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA AÇÃO AFIRMATIVA DE GÊNERO NA ELEGIBILIDADE DE DEPUTADAS NO BRASIL .....213**  
**WOMEN IN POLITICS: AN ANALYSIS ON THE IMPACT OF GENDER AFFIRMATIVE ACTION ON WOMEN'S ELIGIBILITY TO BRAZIL'S CONGRESS**

*Letícia Trevizolli de Oliveira e Daniel Damasio Borges*

**RETROCESSOS DA POSITIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE: A INCONSTITUCIONALIDADE DA REFORMA PRETENDIDA PELA PEC 32/2020 .....231**  
**SOME CONTROVERSIAL ASPECTS OF THE PRINCIPLE OF SUBSIDIARITY: THE UNCONSTITUTIONALITY OF THE CONSTITUTIONAL AMENDMENT PROPOSAL 32/2020**

*Érika Capella Fernandes e Irene Patrícia Nohara*

**RESENHAS.....248**

**LIÇÕES PRELIMINARES DO DIREITO .....248**

*Luciano do Nascimento Costa*

**A FAMÍLIA ATUAL E AS ESPÉCIES DE FILIAÇÃO: DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA MULTIPARENTALIDADE.....251**

*Ana Luiza Mendes Mendonça*

## EDITORIAL

Apresentamos a edição de abril de 2022 (v. 17, n. 1) da Revista do Direito Público.

Essa edição é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado, Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados ao direito administrativo, ao direito ambiental, ao direito civil, ao direito constitucional, ao direito eleitoral, aos direitos das pessoas com deficiência, ao direito penal, ao direito sanitário e, por fim, ao direito à saúde.

Quanto ao direito administrativo, o trabalho “A autocomposição na esfera da improbidade administrativa”, analisa os meios alternativos de solução em litígios versando sobre atos ímprobos, notadamente ante o paradigma da consensualidade na esfera da Administração Pública.

Nesse panorama, o artigo sobre os “Efeitos contratuais da formação de cartéis e combinação de preços no âmbito das licitações públicas: falhas de mercado e consequências para as contratações públicas”, discorre acerca das consequências jurídico-contratuais de cartéis no âmbito dos contratos administrativos.

Em direito ambiental, o estudo a respeito da “Governança mundial ambiental multinível: um caminho desejável para a sustentabilidade no planeta terra”, apresenta reflexões sobre a efetividade ou não da implantação de uma governança ambiental multinível eficaz e eficiente para a proteção do globo.

Sob a ótica do direito civil-constitucional, o artigo “A perspectiva objetiva do direito fundamental à herança”, argumenta que a herança compõe uma ordem de valores objetivos e direciona o comportamento dos poderes públicos.

Em direito constitucional, o estudo relacionado ao “Controle de constitucionalidade e democracia: entre o parlamento e o judiciário à luz da teoria de Waldron e Dworkin”, analisa os debates entre os referidos autores, com o objetivo de verificar a legitimidade democrática do controle de constitucionalidade.

Nesse compasso, o trabalho “A linguagem jurídica e as relações de saber-poder-verdade nos documentários ‘justiça’ e ‘juízo’”, dirigidos por Maria Augusta Ramos, cuja investigação se baseia no conceito de “Ondas Renovatórias de Acesso à Justiça”, proposto por Mauro Cappelletti e Bryant Garth, além da premissa teórica de Michel Foucault, que foi consagrada no livro “A Ordem do Discurso”.

Mais à frente, o artigo acerca dos “Retrocessos da positivação